

IMMANUEL KANT

CRÍTICA DA RAZÃO PURA
E
OUTROS TEXTOS FILOSÓFICOS

Seleção de Marilena de Souza Chauí Berlinck



EDITOR: VICTOR CIVITA

FUNDAMENTAÇÃO DA METAFÍSICA DOS COSTUMES

Tradução de Paulo Quintela

Nota prévia do tradutor

A presente versão portuguesa da Grundlegung zur Metaphysik der Sitten de Immanuel Kant foi feita sobre o texto da edição de Immanuel Kants Werke preparada por Artur Buchenau e Ernst Cassirer e publicada pela casa de Bruno Cassirer, Berlin, 1922, vol. IV, pág. 241-324. É a reprodução da segunda edição, de Riga, 1786.

Ao rever a nossa tradução, demos-nos ao trabalho de a confrontar com as francesas de Victor Delbos (Kant, Fondements de la Métaphysique des Moeurs, 1934) e de H. Lachelier (E. Kant, Fondements de la Métaphysique des Moeurs, 6.^a edição, Paris, Hachette) e com a espanhola de Manuel G. Morente (M. Kant, Fundamentación de la Metafísica de las Costumbres, Madrid, 1942). Nos passos de interpretação difícil ou duvidosa, tivemos o cuidado de indicar, em notas assinadas N. do T., o resultado da colação. O leitor terá assim a possibilidade de preferir a nossa qualquer das outras interpretações.

Coimbra, agosto de 1948.

PAULO QUINTELA

Prefácio

A velha filosofia grega dividia-se em três ciências: a Física, a Ética e a Lógica. Esta divisão está perfeitamente conforme com a natureza das coisas, e nada há a corrigir nela a não ser apenas acrescentar o princípio em que se baseia, para deste modo, por um lado, nos assegurarmos da sua perfeição, e, por outro, poder-mos determinar exatamente as necessárias subdivisões.

Todo conhecimento racional é: ou material e considera qualquer objeto, ou formal e ocupa-se apenas da forma do entendimento e da razão em si mesmas e das regras universais do pensar em geral, sem distinção dos objetos. A filosofia formal chama-se Lógica; a material, porém, que se ocupa de determinados objetos e das leis a que eles estão submetidos, é por sua vez dupla, pois que estas leis ou são leis da natureza ou leis da liberdade. A ciência da primeira chama-se Física, a da outra é a Ética; aquela chama-se também Teoria da Natureza, esta, Teoria dos Costumes.

A Lógica não pode ter parte empírica, isto é, parte em que as leis universais e necessárias do pensar assentem em princípios tirados da experiência, pois que então não seria Lógica, isto é, um cânone para o entendimento ou para a razão que é válido para todo pensar e que tem de ser demonstrado. Em contraposição, tanto a Filosofia natural como a Filosofia moral podem cada uma ter a sua parte empírica, porque aquela tem de determinar as leis da natureza como objeto da experiência, esta, porém, as da vontade do homem enquanto ela é afetada pela natureza; quer dizer, as primeiras como leis segundo as quais tudo acontece, as segundas como leis segundo as quais tudo deve acontecer, mas ponderando também as condições sob as quais muitas vezes não acontece o que devia acontecer.

Pode-se chamar empírica a toda a filosofia que se baseie em princípios da experiência, àquela, porém, cujas doutrinas se apóiam em princípios a priori chama-se filosofia pura. Esta última, quando é simplesmente formal, chama-se Lógica; mas quando se limita a determinados objetos do entendimento chama-se Metafísica.

Desta maneira surge a idéia duma dupla metafísica, uma Metafísica da Natureza e uma Metafísica dos Costumes. A Física terá portanto a sua parte empírica, mas também uma parte racional; igualmente a Ética, se bem que nesta a parte empírica se poderia chamar especialmente Antropologia prática, enquanto a racional seria a Moral propriamente dita.

Todas as indústrias, officios e artes ganharam pela divisão do trabalho, com a experiência de que não é um só homem que faz tudo, limitando-se cada um a certo trabalho, que pela sua técnica se distingue de outros, para o poder fazer com a maior perfeição e com mais facilidade. Onde o trabalho não está assim diferenciado e reparado, onde cada qual é homem de mil officios, reina ainda nas indústrias a maior das barbarias. Mas, em face deste objeto que em si não parece indigno de ponderação, perguntar-se-a se a filosofia pura, em todas as suas partes, não exige um homem especial; e se não seria mais satisfatório o estado total da industria da ciência se aquelles que estão habituados a vender o empirico misturado com o racional, conforme o gosto do público, em proporções desconhecidas deles mesmos, que a si próprios se chamam pensadores independentes e chamam sonhadores a outros que apenas preparam a parte racional, fossem advertidos de não exercerem ao mesmo tempo dois officios tão diferentes nas suas técnicas, para cada um dos quais se exige talvez um talento especial e cuja reunião numa só pessoa produz apenas remendões. Mas aqui limito-me a perguntar se a natureza da ciência não exige que se distingua sempre cuidadosamente a parte empirica da parte racional e que se anteponha a Física propriamente dita (empírica) uma Metafisica da Natureza, e a Antropologia pratica uma Metafisica dos Costumes, que deveria ser cuidadosamente depurada de todos os elementos empiricos, para se chegar a saber de quanto é capaz em ambos os casos a razão pura e de que fontes ella própria tira o seu ensino a priori. Esta última tarefa poderia, alias, ser levada a cabo por todos os moralistas (cujo nome é legítimo), ou só por alguns deles que se sentissem com vocação para isso.

Não tendo propriamente em vista por agora sendo a Filosofia moral, res-trinjo a questão posta ao ponto seguinte: — Não é verdade que é da mais extrema necessidade elaborar um dia uma pura Filosofia moral que seja completamente depurada de tudo o que possa ser somente empirico e pertença a Antropologia? Que tenha de haver uma tal filosofia, ressaltia com evidência da idéa comum do dever e das leis morais. Toda a gente tem de confessar que uma lei que tenha de valer moralmente, isto é, como fundamento duma obrigação, tem de ter em si uma necessidade absoluta; que o mandamento: "Não deves mentir", não é válido somente para os homens e que outros seres racionais se não teriam que importar com elle, e assim todas as restantes leis propriamente morais; que, por consequente, o principio da obrigação não se há de buscar aqui na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo em que o homem está posto, mas sim a priori exclusivamente nos conceitos da razão pura, e que qualquer outro preceito baseada em principios da simples experiência, e mesmo um preceito em certa medida universal, se elle se apoiar em principios empiricos, num mínimo que seja, talvez apenas por um só móbil, poderá chamar-se na verdade uma regra pratica, mas nunca uma lei moral.

As leis morais com seus principios, em todo conhecimento pratico, distinguem-se portanto de tudo o mais em que exista qualquer coisa de empirico, e não só se distinguem essencialmente, como também toda a Filosofia moral assenta inteiramente na sua parte pura, e, applicada ao homem, não recebe um mínimo que

seja do conhecimento do homem (Antropologia), mas fornece-lhe como ser racional leis a priori. É verdade que estas exigem ainda uma faculdade de julgar apurada pela experiência, para, por um lado, distinguir em que caso elas têm aplicação, e, por outro, assegurar-lhes entrada na vontade do homem e eficácia na sua prática. O homem, com efeito, afetado por tantas inclinações, é na verdade capaz de conceber a idéia de uma razão pura prática, mas não é tão facilmente dotado da força necessária para tornar eficaz in concreto no seu comportamento.

Uma Metafísica dos Costumes, é, pois, indispensavelmente necessária, não só por motivos de ordem especulativa para investigar a fonte dos princípios práticos que residem a priori na nossa razão, mas também porque os próprios costumes ficam sujeitos a toda a sorte de perversão enquanto lhes faltar aquele fio condutor e norma suprema do seu exato julgamento. Pois que aquilo que deve ser moralmente bom não basta que seja conforme à lei moral, mas tem também que cumprir-se por amor dessa mesma lei; caso contrário, aquela conformidade será apenas muito contingente e incerta, porque o princípio imoral produzirá na verdade de vez em quando ações conformes à lei moral, mas mais vezes ainda ações contrárias a essa lei. Ora, a lei moral, na sua pureza e autenticidade (e é exatamente isto que mais importa na prática), não se deve buscar em nenhuma outra parte senão numa filosofia pura, e esta (Metafísica) tem que vir portanto em primeiro lugar, e sem ela não pode haver em parte alguma uma Filosofia moral; e aquela que mistura os princípios puros com os empíricos não merece mesmo o nome de filosofia (pois esta distingue-se do conhecimento racional comum exatamente por expor em ciência à parte aquilo que este conhecimento só concebe misturado); merece ainda muito menos o nome de Filosofia moral, porque, exatamente por este amálgama de princípios, vem prejudicar até a pureza dos costumes e age contra a sua própria finalidade.

Não se vá pensar, porém, que aquilo que aqui pedimos exista já na prope-
dêutica que o célebre Wolff antepôs à sua Filosofia moral a que chamou Filosofia
prática universal, e que se não haja de entrar portanto em campo inteiramente
novo. Precisamente porque ela devia ser uma filosofia prática universal, não
tomou em consideração nenhuma vontade de qualquer espécie particular — diga-
mos uma vontade que fosse determinada completamente por princípios a priori e
sem quaisquer móveis empíricos, e a que se poderia chamar uma vontade pura
—, mas considerou o querer em geral com todas as ações e condições que lhe
cabem nesta acepção geral, e por aí se distingue ela de uma Metafísica dos Costu-
mes exatamente como a Lógica geral se distingue da Filosofia transcendental, a
primeira das quais expõe as operações e regras do pensar em geral, enquanto que
a segunda expõe somente as operações e regras especiais do pensar puro, isto é,
daquele pensar pelo qual os objetos são conhecidos totalmente a priori. Com efei-
to, a Metafísica dos Costumes deve investigar a idéia e os princípios duma possí-
vel vontade pura, e não as ações e condições do querer humano em geral, as quais
não tiradas na maior parte da Psicologia. O fato de na Filosofia prática universal
(sem aliás ter o direito de o fazer) se falar também de leis morais e de dever, não
constitui objeção alguma ao que eu afirmo. Porque os autores daquela ciência

também nisto continuam fiéis à ideia que dela fazem; não distinguem os motivos de determinação que, como tais, se apresentam totalmente a priori só pela razão e são propriamente morais, dos motivos empíricos, que o entendimento eleva a conceitos universais só por confronto das experiências. Consideram-nos, portanto, como fontes, só pela sua maior ou menor extensão, e formam assim o seu conceito (tomando-os a todos como de igual espécie), e formam assim o seu conceito de obrigaçào: em verdade este conceito não é nada menos que moral, mas único que se pode exigir de uma filosofia que não atende à origem de todos os conceitos práticos possíveis, sejam eles a priori ou simplesmente a posteriori.

No propósito, pois, de publicar um dia uma *Metafísica dos Costumes*, já a preceder desta *Fundamentação*. Em verdade não há propriamente nada que possa servir de base além da *Critica* dumra razão pura prática, assim como na *Metafísica* o é a *Critica* da razão pura especulativa já publicada. Mas, por outro lado, aquela não é como esta de extrema necessidade, porque a razão humana leva a um alto grau de justiça e desenvolvimento, enquanto que, pelo contrário, no uso teórico, mas puro, ela é exclusivamente dialética; por outro lado, eu explico para que a *Critica* de uma razão pura prática possa ser acabada, que se possa demonstrar simultaneamente a sua unidade com a razão especulativa num princípio comum; pois no fim de contas trata-se sempre de uma só e mesma razão, que só na aplicação se deve diferenciar. A tal perfeição não podia eu chegar agora, sem recorrer a considerações de natureza totalmente diversa que provocariam confusão no espírito do leitor. Eis por que, em vez de lhe chamar *Critica* da razão pura prática, eu me sirvo do título de *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*.²

Como, porém, em terceiro lugar, uma *Metafísica dos Costumes*, a despeito do título repulstivo, é suscetível de um alto grau de popularidade e acomodamento ao entendimento vulgar, acho útil separar dela este trabalho preparatório e *Fundamentação*, para de futuro não ter de juntar a teorias mais facetas as sutilezas inevitáveis em tal matéria.

A presente *Fundamentação* nada mais é, porém, do que a busca e fixação do princípio supremo da moralidade, o que constitui só por si no seu propósito uma tarefa completa e bem distinta de qualquer outra investigação moral. É verdade que as minhas afirmações sobre esta questão capital tão importante e que agora não foi, nem de longe, suficientemente discutida, receberiam muita clareza pela aplicação do mesmo princípio a todo o sistema e grande confirmação pelo fato da suficiência que ele mostraria por toda a parte; mas tive que renunciar a esta vantagem, que no fundo seria também mais de amor-próprio do que de utilidade geral, porque a facilidade de aplicação e a aparente suficiência dum princípio

¹ Morente (pág. 17) traduz inadvertidamente "só por el entendimiento"; o original diz *bloss durch Vernunft* (N. do T.).
² "Fundamentação", e não "Fundamentos" como geralmente se diz seguindo os franceses, é que é a boa tradução do alemão *Grundlegung*. Fica assim posto em evidência o esforço demonstrativo e construtivo que o original implica. Morente também traduz como nós. (N. do T.)

que não dão nenhuma prova segura da sua exatidão, pelo contrário, despertam em nós uma certa parcialidade para o não examinarmos e ponderarmos em toda a severidade por si mesmo, sem qualquer consideração pelas conseqüências.

O método que adotei neste escrito é o que creio mais conveniente, uma vez que se queira percorrer o caminho analiticamente do conhecimento vulgar para a determinação do princípio supremo desse conhecimento, e em seguida e em sentido inverso, sinteticamente, do exame deste princípio e das suas fontes para o conhecimento vulgar onde se encontra a sua aplicação. A divisão da matéria é, pois, a seguinte:

1. Primeira Seção: *Transição do conhecimento moral da razão vulgar para o conhecimento filosófico.*
2. Segunda Seção: *Transição da Filosofia moral popular para a Metafísica dos Costumes.*
3. Terceira Seção: *Último passo da Metafísica dos Costumes para a Crítica da razão pura prática.*

